

Praça Dr. Mário Ribeiro da Silva, Nº. 14 – Caixa Postal 50 Fone: (14) 3265-9530 – Fax: (14) 3265-9531

CEP: 17490-000 – CNPJ 46.137.451/0001-76 – Piratininga – São Paulo site: www.piratininga.sp.gov.br - e-mail: contato@piratininga.sp.gov.br

## EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE PROJETOS

# VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇO CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS PARA A CRIANÇA ADOLESCENTE E IDOSO.

Edital nº 05/2017

- 1. Praça Dr. Mário Ribeiro da Silva, 14 Centro, através do Prefeito Municipal Senhor CARLOS ALESSANDRO FRANCO BORRO DE MATOS, brasileiro, casado, Bacharel, portador da Cédula de Identidade com RG nº 22.415.690-1, inscrito na Secretaria da Receita Federal com CPF nº 145.798.658-20, residente e domiciliado na Rua Anchieta, nº 55, Centro, na Cidade de Piratininga, do Estado de São Paulo, TORNA PÚBLICO o presente EDITAL DE SELEÇÃO DESERVIÇOS da Rede de Proteção Básica do Município de Piratininga de Organizações da Sociedade Civil de natureza privada sem fins econômicos (entendidas aquelas entidades e organizações de assistência social que, conforme preconiza o art.3º da LOAS) para realizar ações previstas na Política de Assistência Social, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Sócio assistenciais Resolução nº109/2009-CNAS para a execução de Serviços SISTEMA DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS PARA CRIANÇA/ADOLESCENTE E IDOSO inscritos na Coordenadoria Municipal de Ação Social e Conselho Municipal de Assistência Social, e referenciado no Centro de Referência de Assistência Social.
- 1.1. O presente **PROCESSO SELETIVO** e a adjudicação dele decorrente se regem por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.1993 e suas alterações; pela Lei Federal nº 13.019, de 31.07.14, e alterações posteriores e demais disposições legais aplicáveis, bem como as constantes deste Edital, normas que as instituições participantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.
- 1.2. As retificações do Edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, serão acatadas por todas as instituições participantes e serão divulgadas pela mesma forma que se deu publicidade ao presente Edital, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.
- 1.3. O Processo Seletivo a que se refere este Edital poderá ser adiado, revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado, sem que caiba às instituições participantes qualquer direito à reclamação ou indenização por estes motivos, de acordo com o art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 1.4. Este Edital e seus Anexos serão disponibilizados no sítio <a href="http://www.piratininga.sp.gov.br">http://www.piratininga.sp.gov.br</a>, bem como na sede da Coordenadoria de Ação Social Rua Manoel Pedro Carneiro, 110 Centro, Piratininga, São Paulo.
- **2. OBJETO:** Estabelecer convênio de parceria entre a Prefeitura do Município de Piratininga através da Coordenadoria Municipal de Ação Social e a Entidade/Instituição selecionada para executar serviço SISTEMA DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS PARA CRIANÇA E ADOLESCENTE E IDOSO.



Praça Dr. Mário Ribeiro da Silva, Nº. 14 – Caixa Postal 50 Fone: (14) 3265-9530 – Fax: (14) 3265-9531

CEP: 17490-000 – CNPJ 46.137.451/0001-76 – Piratininga – São Paulo site: www.piratininga.sp.gov.br - e-mail: contato@piratininga.sp.gov.br

# 2.1. Tipo de Serviço: SISTEMA DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS

- 2.2. Descrição: Consiste no trabalho social com família de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto dos direitos e contribuir na melhoria da qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidade e aquisição das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. Esses usuários são famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, dos vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social, residentes no município de Piratininga, encaminhados pelo CRAS, Proteção Especial e Coordenadoria Municipal de Ação Social. Famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais; Famílias que atendem os critérios de elegibilidade a tais programas ou benefícios, mas que ainda não foram contempladas; Famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por alguém de seus membros; Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social. Para que supra essas carências, temos como objetivo fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, promover aquisições sociais e materiais da família, promover acesso a benefícios e programas de transferência de renda, entre outros.
- 2.3. Quantidade de Serviços a serem conveniados: 01
- 2.4. **Vagas:** Atendimento a 180 CRIANÇA E ADOLESCENTES E 60 IDOSOS em situação de vulnerabilidade social e risco.
- 2.5. Abrangência Territorial: Piratininga
- 2.6. **Bem imóvel** compatível com os serviços a serem realizados
- 2.7. **Valor de repasse de recurso mensal:** Para desenvolvimento do serviço será repassado por modalidade, os valores abaixo discriminados: montante anual de R\$ 122.000,00 CRIANÇA E ADOLESCENTE e R\$ 24.000,00 para o IDOSO convênio Municipal. R\$ 72.000,00 CONVÊNIO FEDERAL para criança e adolescente, R\$ 46.000,00 para o IDOSO. R\$ 42.600,00 PARA CRIANÇA E ADOLESCENTE CONVÊNIO ESTADUAL.
- 2.8. **Usuários:** famílias em situação de vulnerabilidade social e risco.
- 2.9. **Objetivo Geral:** Atender 180 CRIANÇAS E ADOLESCENTES E 60 IDOSOS em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, situação de isolamento, fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social residentes nos territórios de abrangência dos CRAS, em especial.
- 2.10. **Objetivos Específicos:** Fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida; Prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas; Promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a



Praça Dr. Mário Ribeiro da Silva, Nº. 14 – Caixa Postal 50 Fone: (14) 3265-9530 – Fax: (14) 3265-9531

CEP: 17490-000 – CNPJ 46.137.451/0001-76 – Piratininga – São Paulo site: www.piratininga.sp.gov.br - e-mail: contato@piratininga.sp.gov.br

autonomia das famílias e comunidades; Promover acessos a benefícios, programas de transferência de renda e serviços sócioassistenciais, contribuindo para a inserção das famílias na rede de proteção social de assistência social; Promover acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos; Apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares.

2.11. **Funcionamento:** Período mínimo de 5 dias por semana, 8 horas diárias, cada coletivos deverão ter no mínimo 2 encontros semanais sendo que a unidade deverá necessariamente funcionar no período diurno podendo eventualmente executar atividades complementares a noite, com possibilidade de funcionar em feriados e finais de semana.

#### 2.12. Provisões:

- 3.12.1. **Ambiente Físico:** Espaços destinados para recepção, sala(s) de atendimento individualizado, sala(s) de atividades coletivas e comunitárias, sala para atividades administrativas, instalações sanitárias, com adequada iluminação, ventilação, conservação, privacidade, salubridade, limpeza e acessibilidade em todos seus ambientes, de acordo com as normas da ABNT. O ambiente deve possuir outras características de acordo com a regulação específica do serviço e do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).
- 3.12.2. **Recursos Materiais:** Materiais permanentes e materiais de consumo necessários ao desenvolvimento do serviço, tais como: mobiliário, computadores, entre outros.
- 3.12.3. **Materiais Socioeducativos:** artigos pedagógicos, culturais e esportivos; banco de dados de usuários (as) de benefícios e serviços socioassistenciais; banco de dados dos serviços socioassistenciais; Cadastro Único dos Programas Sociais; Cadastro de Beneficiários do BPC.
- 3.12.4. Recursos Humanos: De acordo com a NOB-RH/SUAS
- 3.13 **Trabalho Social Essencial ao serviço:** Acolhida; estudo social; visita domiciliar; orientação e encaminhamentos; grupos de famílias; acompanhamento familiar; atividades comunitárias; campanhas socioeducativas; informação, comunicação e defesa de direitos; promoção ao acesso à documentação pessoal; mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio; desenvolvimento do Convívio familiar e comunitário; mobilização para a cidadania; conhecimento do território; cadastramento socioeconômico; elaboração de relatórios e/ou prontuários; notificação da ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social; busca ativa.

# 3.14 Articulação em rede:

- Serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial;
- Serviços das Políticas Públicas setoriais;
- Sociedade Civil organizada;



Praça Dr. Mário Ribeiro da Silva, Nº. 14 – Caixa Postal 50 Fone: (14) 3265-9530 – Fax: (14) 3265-9531

CEP: 17490-000 – CNPJ 46.137.451/0001-76 – Piratininga – São Paulo site: www.piratininga.sp.gov.br - e-mail: contato@piratininga.sp.gov.br

- Programas e projetos de preparação para o trabalho e de inclusão produtiva;
- Órgãos do Sistema de Garantia de Direitos;
- Serviços, programas e projetos de instituições não governamentais e comunitárias.

#### 3.15. Aquisições dos usuários:

Ser acolhido em suas demandas, interesses, necessidades e possibilidades; Ter acesso a ambiente acolhedor e espaços reservados a manutenção da privacidade do usuário; Ter reparado ou minimizado os danos por vivências de violência e abusos; Ter sua identidade, integridade e história de vida preservadas; Vivenciar experiências que contribuam para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; Ter acesso a serviços, benefícios socioassistenciais e programas de transferência de renda, conforme necessidades e inserção e permanência na rede de ensino; Receber ações pautadas pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentadas em princípios éticos de justiça e cidadania; Conhecer seus direitos e como acessá-los; Ter oportunidades de escolha e tomada de decisão; Ter experiências para relacionar-se e conviver em grupo, administrar conflitos por meio do diálogo, compartilhando outros modos de pensar e agir; Ter oportunidade de avaliar as atenções recebidas, expressar opiniões e reivindicações; Ter espaço com padrões de qualidade quanto a: higiene, acessibilidade, habitabilidade, salubridade, segurança e conforto; Ter acesso a alimentação em padrões nutricionais adequados e adaptada às necessidades específicas;

#### 3.16 Impacto social esperado:

Contribuir para:

- Redução das violações dos direitos sócio assistenciais, seus agravamentos ou reincidência;
- Redução da presença de pessoas em situação de rua e de abandono;
- Indivíduos e famílias protegidas;
- Construção da autonomia;
- Indivíduos e famílias incluídas em serviços e com acesso às oportunidades;
- Rompimento do ciclo de violência doméstica e familiar;

# 4. Apresentação das Propostas

**4.1.** A Proposta da Organização/Entidade/Associação Interessada para o tipo de serviço deste edital deverá ser apresentada de forma escrita, em envelope próprio, conforme modelo abaixo, <u>para cada modalidade que a organização/entidade/associação desejar concorrer.</u>

<sup>\*</sup>No envelope 1 (documentos) devidamente identificado deverá constar na parte externa:



Praça Dr. Mário Ribeiro da Silva, Nº. 14 – Caixa Postal 50 Fone: (14) 3265-9530 – Fax: (14) 3265-9531

CEP: 17490-000 – CNPJ 46.137.451/0001-76 – Piratininga – São Paulo site: www.piratininga.sp.gov.br - e-mail: contato@piratininga.sp.gov.br

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA – SP CHAMAMENTO PÚBLICO ----/2017 ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA MODALIDADE \_\_\_\_\_ NOME DO PROPONENTE

- **4.2.** O envelope de proposta **será aberto a partir das 14h00min do dia 20 de dezembro de 2017**, na sala de Licitações e Contratos da PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA, pela Comissão de Seleção.
- **4.3.** A Organização/Entidade/Associação interessada(s) poderá(ão) estar presentes por meio de um representante legal, portador de instrumento público ou particular de procuração com firma reconhecida, com poderes para intervir nas fases do procedimento, desde que o mesmo exiba o documento que o identifique como representante da proponente.
- **4.4.** As propostas deverão ser datilografadas, datadas e assinadas, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo constar o nome, razão social, endereço da Organização/Entidade/Associação, número do telefone e número do CNPJ.
- **4.5.** Poderá ser apresentada proposta no formato de Plano de Trabalho, de modo a facilitar a compreensão das informações contidas, desde que estejam presentes todos os elementos exigidos no item 4.6
- **4.6.** O envelope de Proposta deverá ainda ser instruído com os seguintes elementos:
- **4.6.1.** Inscrição da organização/entidade/associação no Conselho Municipal de Assistência Social CMAS
- **4.6.2.** Detalhamento do currículo de experiências sociais da Organização/Entidade/Associação sem fins lucrativos.
- **4.6.3.** Apresentar suas experiências sociais
- **4.6.4.** Especificar a vinculação da ação com as orientações do Plano Municipal de Assistência Social;
- **4.6.5.** A forma que utilizará para acesso dos usuários e de controle da demanda pelas ofertas do servico;
- **4.6.6.** Especificar a metodologia a ser desenvolvida especialmente na acolhida e no trabalho social, de modo a evidenciar as estratégias de atuação para alcance das metas;
- **4.6.7.** Especificar a forma de monitoramento e avaliação dos resultados e metas estabelecidas para o desenvolvimento do serviço;
- **4.6.8.** Detalhamento dos Recursos Humanos na gestão do serviço:



Praça Dr. Mário Ribeiro da Silva, Nº. 14 – Caixa Postal 50 Fone: (14) 3265-9530 – Fax: (14) 3265-9531

CEP: 17490-000 – CNPJ 46.137.451/0001-76 – Piratininga – São Paulo site: www.piratininga.sp.gov.br - e-mail: contato@piratininga.sp.gov.br

- **4.6.9.** Especificar no quadro de recursos humanos a formação de cada profissional, bem como, a carga horária, habilidades, atribuições e competências;
- **4.6.10.** Especificar a metodologia de capacitação continuada que utilizará para o quadro de recursos humanos;
- **4.6.11.** Especificar a distribuição dos profissionais para a operacionalização e gestão do serviço para a garantia dos resultados e metas estipuladas;
- **4.6.12.** Detalhamento da aplicação dos Recursos Financeiros na gestão do serviço;
- **4.6.13.** Especificar em tabela de custeio a distribuição dos recursos financeiros para a operacionalização e gestão do serviço;
- **4.6.14.** Especificar a contrapartida da organização/associação/entidade sem fins econômicos na gestão do serviço;
- **4.6.15.** Declarações subscritas pelo representante legal da organização/associação/entidade de: situação regular perante o ministério do trabalho; que não incorre em quaisquer das condições impeditivas: inidoneidade; transacionar com a administração; apenada com rescisão de contrato; ter pleno conhecimento do objeto e anuência das exigências.

#### 5. Critérios de Análise das Propostas

- 4.1. A Comissão de Avaliação apresentará parecer técnico analisando as propostas apresentadas, as condições legais das proponentes e as manifestações produzidas na Sessão Pública, manifestando e justificando a escolha daquela mais apta para executar o serviço, de acordo com os seguintes critérios:
- O Ótimo O quesito analisado atende plenamente ao critério de avaliação, com nível de qualificação de excelência (10 pontos).
- B Bom O quesito analisado supre adequadamente o critério de avaliação, com bom nível de qualificação (5 pontos).
- R Regular O quesito analisado atende minimamente ao critério de avaliação, com regular nível de qualificação (3 pontos).
- I Insatisfatório O quesito analisado não supre o critério de avaliação, ou apresenta nível de qualificação insatisfatório (1 pontos).
- A Ausente (zero ponto).



Praça Dr. Mário Ribeiro da Silva, Nº. 14 – Caixa Postal 50 Fone: (14) 3265-9530 – Fax: (14) 3265-9531

CEP: 17490-000 – CNPJ 46.137.451/0001-76 – Piratininga – São Paulo site: www.piratininga.sp.gov.br - e-mail: contato@piratininga.sp.gov.br

ELEMENTO DE ANÁLISE	No mínimo	De 02	De 03	Acima de	Pontuação
	01 ano	anos	anos	04 anos	total
1. Existência de no mínimo 1 (ano) ano de cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ. Pontuação máxima (5,0) - indicador permite uma pontuação.	( ) 2,0	( ) 2,5	( ) 3,0	( ) 5,0	

ELEMENTOS DA ANALISE	O 10	B 5	R 3	1 1	A 0
4. Coarânsis de manaste com a Dlana Municipal de					
<ol> <li>Coerência da proposta com o Plano Municipal de Assistência Social de Piratininga – PMAS, de forma a verificaras possibilidades que a proposta apresentada oferece para alcance das metas nele indicadas;</li> </ol>					
Congruência da proposta com o Estatuto da Entidade;					
Registro da Entidade (OSC) e do Programa no Conselho Municipal respectivo;					
4. Proposta de encaminhamento do adolescente/adulto/idoso às políticas públicas do município;					
5. Proposta de atendimento e encaminhamento às famílias dos adolescentes/adultos/idosos às políticas públicas do município;					
6. Proposta objetiva de monitoramento e avaliação de resultados do processo de execução do Projeto;					
7. Ações que promovam inclusão, permanência e sucesso dos adolescente/adulto/idoso na escola/grupo/emprego					
Capacidade em atender as metas estabelecidas;					
<ol> <li>Disposição para garantir o caráter público da parceria com a Prefeitura do Município de Piratininga, na divulgação do serviço a ser prestado e na atenção ao usuário;</li> </ol>					
10. Capacidade e disposição de manter relação de referência/contra referência entre a Coordenadoria Municipal de Ação Social, CRAS e atenção especial, e as vagas dos serviços conveniados, de forma a operar as suas ações					
integradas em rede e a atender a demanda dos usuários  11. Capacidade da organização /entidade /associação sem fins econômicos de garantir contrapartida na gestão do serviço a ser conveniada					



Praça Dr. Mário Ribeiro da Silva, Nº. 14 – Caixa Postal 50 Fone: (14) 3265-9530 – Fax: (14) 3265-9531

CEP: 17490-000 – CNPJ 46.137.451/0001-76 – Piratininga – São Paulo site: www.piratininga.sp.gov.br - e-mail: contato@piratininga.sp.gov.br

#### 5.2. Visita Técnica:

A visita técnica ocorrerá anteriormente à celebração do convênio e tomará como base para sua verificação: as normas fixadas para execução do serviço, observância dos requisitos mínimos exigidos, e bens suficientes para execução do objeto, além da viabilidade do local. A visita será registrada por meio de Termo de Visita devidamente assinado pela comissão e pelo responsável pela Instituição.

A qualificação deverá ocorrer de acordo com os critérios abaixo:

- O Ótimo O quesito analisado atende plenamente ao critério de avaliação, com nível de qualificação de excelência **(10 pontos)**.
- B Bom O quesito analisado supre adequadamente o critério de avaliação, com bom nível de qualificação (5 pontos).
- R Regular O quesito analisado atende minimamente ao critério de avaliação, com regular nível de qualificação (3 pontos).
- I Insatisfatório O quesito analisado não supre o critério de avaliação, ou apresenta nível de qualificação insatisfatório (1 pontos).

#### A – Ausente (zero ponto).

ELEMENTOS DA ANÁLISE		B 5	R 3	1	A 0
	ı				
Estrutura disponível para desenvolver o Projeto, com destaque para: espaço físico, equipamentos e recursos humanos;					

#### 5. Pontuação

- **6.1.** A pontuação máxima possível na avaliação é de 125 (cento e vinte e cinco) pontos.
- 6.2. Serão classificadas, apenas as propostas, que atingirem no mínimo 50% da pontuação máxima possível, sendo 63 pontos.

#### 6. Critério de Desempate:

Em caso de eventual empate, o critério adotado para desempate será utilizado o critério de sorteio em data já designada nos termos do Edital.

#### 7. Documentos para a Celebração do Convênio/Parceria

7.1. São exigidos para a celebração do convênio/parceria os seguintes documentos, que devem ser entregues à **Coordenadoria de Ação Social:** 



Praça Dr. Mário Ribeiro da Silva, Nº. 14 – Caixa Postal 50 Fone: (14) 3265-9530 – Fax: (14) 3265-9531

CEP: 17490-000 – CNPJ 46.137.451/0001-76 – Piratininga – São Paulo site: www.piratininga.sp.gov.br - e-mail: contato@piratininga.sp.gov.br

- **a)** Cópia do Estatuto Social da organização/entidade/associação escolhida, em conformidade com o Código Civil de 2002, registrada no Cartório de registro Civil de Pessoa Jurídica;
- **b)** Cópia da ata de eleição e posse da diretoria em exercício, registrada no Cartório de registro Civil de Pessoa Jurídica;
- **c)** Certidão negativa de Débito (C.N.D) junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social INSS, com prazo de validade em vigência, caso não seja possível acessá-la via internet;
- **d)** Certidão de regularidade referente ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS, com prazo de validade em vigência;
- **e)** Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- f) Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Estaduais;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- h) Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal;
- i) Conta corrente específica da organização ou associação para recebimento dos repasses advindos da parceria, especificamente no Banco do Brasil.
- j) Declaração da organização/entidade/associação escolhida de que não possui menores de 18 (dezoito) anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesseis) anos realizando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, cumprindo o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, sob as penas da lei;
- **k)** Cópia do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, com validade em vigência, no caso da organização ter o reconhecimento pelo Conselho Nacional de Assistência Social;
- I) Cópia do ato declaratório de isenção de contribuição previdenciária expedida pelo INSS (organização isenta de cota patronal);
- **m)** Declaração de que a organização/entidade/associação escolhida, não remunera os cargos de diretoria.
- n) relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB de cada um deles;

#### \*Em todos os casos serão aceitas certidões positivas com efeitos negativos

#### 8. Inabilitação

8.1. A Instituição que for declarada NÃO HABILITADA poderá interpor recurso, no prazo



Praça Dr. Mário Ribeiro da Silva, Nº. 14 – Caixa Postal 50 Fone: (14) 3265-9530 – Fax: (14) 3265-9531

CEP: 17490-000 – CNPJ 46.137.451/0001-76 – Piratininga – São Paulo site: www.piratininga.sp.gov.br - e-mail: contato@piratininga.sp.gov.br

de <u>2 (dois) dias úteis</u>, a partir da publicação de que trata o item 14. O recurso deverá ser encaminhado a Coordenadoria Municipal de Ação Social, localizada à Rua Manoel Pedro Carneiro, 110 – Centro – Piratininga/SP no horário de 8:00 às 13:30 h, impreterivelmente.

#### 9. Prazos de vigência do Convênio/Parceria

9.1. O convênio a ser firmado com a organização/entidade/associação selecionada terá vigência até 31 de dezembro do ano vigente, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração e em obediência aos mandamentos legais.

#### 10. Repasses Mensais

10.1. A Prefeitura Municipal de Piratininga repassará mensalmente a organização/entidade/associação parceira o valor estimado a partir do valor financiado pelo órgão estadual/federal e a contrapartida municipal.

#### 11. Data de Assinatura do Termo de Convênio/Parceria

11.1. O termo de parceria será assinado pelas partes após a publicação do despacho homologatório, e, aprovação do Plano de Trabalho pelo Gestor daParceria.

#### 12. Das Vedações

13.1 Ficará impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista na Lei Federal nº. 13.019/14 a organização da sociedade civil que:

- **I.** não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;
- II. esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
- **III.** tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;
- **IV.** tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, exceto se:
  - **a)** for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;
  - b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;
  - **c)** a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;
- **V.** tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:
- a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;
- **b)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;
- c) a prevista no inciso II do art. 73 da Lei Federal nº. 13.019/14;
- d) a prevista no inciso III do art. 73 da Lei Federal nº. 13.019/14



Praça Dr. Mário Ribeiro da Silva, Nº. 14 – Caixa Postal 50 Fone: (14) 3265-9530 – Fax: (14) 3265-9531

CEP: 17490-000 – CNPJ 46.137.451/0001-76 – Piratininga – São Paulo site: www.piratininga.sp.gov.br - e-mail: contato@piratininga.sp.gov.br

- VI. tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
- **VII.** tenha entre seus dirigentes pessoa:
  - a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
  - **b)** julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;
  - c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos <u>incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de</u> 1992.
- **13.2.** Em qualquer das hipóteses previstas no caput, persiste o impedimento para celebrar parceria enquanto não houver o ressarcimento do dano ao erário, pelo qual seja responsável a organização da sociedade civil ou seu dirigente.
- **13.3.** É vedada a celebração de parcerias previstas Lei Federal nº. 13019/14 que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, de fiscalização, de exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas de Estado.
- **13.4.** As despesas relacionadas à execução da parceria serão executadas nos termos dos incisos XIX e XX do art. 42 da Lei Federal nº. 13019/14, sendo vedado:
  - I. Utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;
  - **II.** Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

# 13. Cronograma

Publicação do Chamamento	<mark>18/11/2017</mark>		
Apresentação da proposta	<mark>20/12/2017</mark>		
Sessão Pública Análise e Julgamento da Comissão de Seleção Paço Municipal Praça Mario Ribeiro da Silva, nº14 – Centro – Piratininga, Sala de Licitações (2º andar)	<mark>20/12/2017</mark>		
Divulgação das Propostas Selecionadas	<mark>20/12/2017</mark>		
Prazo para apresentação de esclarecimentos, quando solicitado pela Comissão de Seleção. Protocolo de esclarecimentos na Coordenação de Ação Social. Horário: das 9:00hsàs16:00hs.	22/12/2017 (Caso houver)*		





Praça Dr. Mário Ribeiro da Silva, Nº. 14 – Caixa Postal 50 Fone: (14) 3265-9530 – Fax: (14) 3265-9531

CEP: 17490-000 – CNPJ 46.137.451/0001-76 – Piratininga – São Paulo site: www.piratininga.sp.gov.br - e-mail: contato@piratininga.sp.gov.br

Análise dos esclarecimentos pela Comissão de Seleção.	22/12/2017 (Caso houver)*
Sorteio (para casos de empates) Paço Municipal Praça Mario Ribeiro da Silva, nº14 – Centro – Piratininga, Sala de Licitações (2º andar)	22/12/2017 (Caso houver)*
Publicação do resultado de escolha	22/12/2017 ou 27/12/2017 conforme o caso*
Homologação do Resultado do Chamamento Público	26/12/2017 ou 28/12/2017 conforme o caso*
Formalização do Convênio (a partir de)	<mark>28/12/2017</mark>

#### 14. Disposições Finais

- 14.1. A celebração da parceria decorrente deste Edital poderá ser suspensa diante de eventuais irregularidades constatada em convênio de exercício anteriormente celebrado pela Entidade com o Poder Público Municipal, até que sejam sanadas. Na hipótese das irregularidades não serem sanadas, a parceria decorrente deste Edital será rescindida e outra Entidade eventualmente eliminada na fase de desempate será convocada e na ausência desta, aquela com pontuação imediatamente abaixo da que celebrou a parceria e teve a relação rescindida e por fim, na ausência dessa, o PoderPúblico poderá proceder com novo chamamento público, ou ainda, outras hipóteses previstas na Lei Federal nº. 13019 de 31/07/2014.
- 14.2. Os casos omissos e imprevistos serão resolvidos pelos Gestores das respectivas pastas participantes do presente Chamamento Público.

Piratininga, 14 de novembro de 2017.

CARLOS ALESSANDRO FRANCO BORRO DE MATOS

PREFEITO MUNICIPAL



Praça Dr. Mário Ribeiro da Silva, Nº. 14 – Caixa Postal 50 Fone: (14) 3265-9530 – Fax: (14) 3265-9531

CEP: 17490-000 – CNPJ 46.137.451/0001-76 – Piratininga – São Paulo site: www.piratininga.sp.gov.br - e-mail: contato@piratininga.sp.gov.br

**ANEXO I - MINUTA** 

# MINUTA TERMO DE COLABORAÇÃO Nº: 0x/201x.

PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA E A ENTIDADE XXXXXX, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE PIRATININGA**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 46.137.451/0001-76, estabelecida nesta cidade, na Praça Dr. Mário Ribeiro da Silva, nº 14, Centro, Município de Piratininga/SP, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **CARLOS ALESSANDRO FRANCO BORRO DE MATOS**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 22.415,690-1 e do CPF nº 145.798.658-20, residente àrua Anchieta, nº55, Centro, no Município de Piratininga/SP, doravante denominado **MUNICÍPIO** e do outro **XXXXX**, inscrita no CNPJ XXXXX, estabelecida a XXXXX, XXX, no Município de Piratininga/SP, neste ato representado por seu Presidente **XXXXX** (**QUALIFICAÇÃO COMPLETA**) doravante denominada **ENTIDADE**, resolvem celebrar o **TERMO DE COLABORAÇÃO**, com fundamento na Lei Municipal nº XXX de XXX de janeiro de XXX, na Lei Federal nº 13.019 de 31 de Julho de 2.014, Lei Federal nº 13.204 de 14 de dezembro de 2015, na Instrução nº 02/2016 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, sujeitando-se, no que couber, às normas contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Transferência de recursos financeiros **MUNICIPAIS/ESTADUAL/FEDERAL** para o desenvolvimento de atividades conjuntas XXXXXXXXXXXX

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA GESTÃO

- 2.1 O presente Termo de Colaboração terá como gestor do MUNICÍPIO o XXXXXX, nomeada através da Portaria xxxxx, e.
- 2.2 A ENTIDADE nomeia como gestor do presente Termo de Colaboração a xxxxx

# CLÁUSULA TERCEIRA- DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS 3.1 - SÃO OBRIGAÇÕES DO MUNCÍPIO:

- a) Fornecer os recursos para a execução deste objeto;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- c) Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, antes e durante a vigência do objeto;
- d) promover a transferência dos recursos financeiros de acordo com o Cronograma de Desembolso contido no Plano de Trabalho em conta bancária específica indicada pela ENTIDADE;
- e) aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;
- f) notificar a celebração deste instrumento à Câmara Municipal de Piratininga;
- g) publicar o extrato deste instrumento no Diário Oficial;
- h) receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pela Entidade;



Praça Dr. Mário Ribeiro da Silva, Nº. 14 – Caixa Postal 50 Fone: (14) 3265-9530 – Fax: (14) 3265-9531

CEP: 17490-000 – CNPJ 46.137.451/0001-76 – Piratininga – São Paulo site: www.piratininga.sp.gov.br - e-mail: contato@piratininga.sp.gov.br

- i) elaborar elucidativo parecer conclusivo sobre a prestação de contas da ENTIDADE, a fim de atender os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, conforme artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e avaliar se houve aplicação correta dos recursos no Plano de Trabalho apresentado e no art. 59 da Lei de nº 13.019 de 3/07/2014, e no que couber a Lei nº. 13.204 de 2015;
- j) divulgar em sítio oficial do poder público na internet as informações referentes aos repasses financeiros às organizações da sociedade civil, inclusive os documentos relativos aos ajustes e às prestações de contas, nos termos dos arts. 10 e 11 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações;
- k) receber e examinar a prestação de contas apresentada e emitir parecer conclusivo, nos termos do art. 189 da Instrução 02/2016 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
- I) no caso de irregularidades na comprovação apresentada ou na ausência da prestação de contas, exigir das entidades beneficiárias, no prazo previsto no art.70, § 1º, da Lei 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, o saneamento da prestação de contas ou seu encaminhamento;
- m) suspender, por iniciativa própria, novos repasses aos inadimplentes, quando decorrido o prazo estabelecido no inciso anterior sem a devida implementação das medidas saneadoras apontadas pela Administração ou pelos órgãos de controle interno ou externo, e exigir da entidade parceira a devolução de eventual numerário, com os devidos acréscimos legais;
- n) esgotadas as providências das alíneas "l" e "m", comunicar a ocorrência a este Tribunal, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, por meio de ofício assinado pelo responsável, fazendo referência ao número do processo neste Tribunal, acompanhado de cópia da documentação relativa às providências adotadas pelo órgão ou pela entidade para a regularização da pendência;

#### 3.2 – SÃO OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE:

- a) Responsabilizar-se pela execução do objeto do Termo de Colaboração;
- b) Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;
- c) Permitir livre acesso do Gestor, do responsável pelo Controle Interno, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação do Município, e de auditores e fiscais do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Instrumento, junto às instalações da Entidade;
- d) Se responsabilizar pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso:
- e) Se responsabilizar pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Colaboração, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;
- f) Manter em seus arquivos, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subseqüente ao da prestação de contas integral, os documentos originais que compõem a prestação de contas;
- g) Identificar o número do Instrumento da parceria e Órgão repassador no corpo dos documentos da despesa, e em seguida extrair cópia para anexar à prestação de contas a ser entregue no prazo ao MUNICÍPIO, inclusive indicar o valor pago quando a despesa for paga parcialmente com recursos do objeto;
- h) Divulgar esta parceria em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas



Praça Dr. Mário Ribeiro da Silva, Nº. 14 – Caixa Postal 50 Fone: (14) 3265-9530 – Fax: (14) 3265-9531

CEP: 17490-000 – CNPJ 46.137.451/0001-76 – Piratininga – São Paulo site: www.piratininga.sp.gov.br - e-mail: contato@piratininga.sp.gov.br

sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, com as seguintes informações: data da assinatura, identificação do Instrumento, do Órgão concedente, descrição do objeto da parceria, valor total da parceria, valores liberados, e situação da prestação de contas da parceria, bem como atender a Lei Federal nº 12.527/2011 e Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações posteriores;

- i) Comprovar a exata aplicação da parcela anteriormente repassada, na forma da legislação aplicável, mediante procedimento da fiscalização da Administração Pública Municipal, sob pena de suspensão da transferência.
- j) Não praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, atraso não justificado no cumprimento das etapas dos programas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela Administração Pública. k) Prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho, em anexo, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;
- I) Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;
- m) comprovar todas as despesas por meio de notas fiscais em formato eletrônico ou recibo de autônomo (RPA), com a devida identificação da parceria celebrada, ficando vedadas informações genéricas ou sem especificações dos serviços efetivamente prestados, comprovado por meio de controles ou registros, além de demonstrar os custos praticados ou ajustados de forma a permitir a conferência atinente à regularidade dos valores pagos;
- n) aplicar os recursos repassados pelo MUNICÍPIO e os correspondentes à sua contrapartida, exclusivamente no objeto constante na Cláusula Primeira;
- o) comprovar a existência de conta bancária específica e exclusiva para o presente instrumento, efetuando todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo nesta conta bancária.
- p) não aplicar Taxa de Administração ou despesas administrativas como condição para a execução do presente objeto.
- q) Ressarcir aos cofres públicos os saldos remanescentes decorrentes das aplicações correspondentes até 31 de janeiro do exercício seguinte, salvo se forem utilizados.
- r) Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho.
- s) comprovar mensalmente e de forma integral no final do Termo de Colaboração todas as metas quantitativas e atendimentos de maneira nominal, constante no Plano de Trabalho.
- t) Efetuar cotação e pesquisa de preços, conforme regulamento próprio da entidade, para aquisição de materiais e serviços.
- u) Manter-se adimplente com o Poder Público MUNICÍPIO naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter a sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;
- v) comunicar o MUNICÍPIO a substituição dos responsáveis pela ENTIDADE, assim como alterações em seu Estatuto;
- x) obrigatoriamente, para os ajustes selecionados, em até 10 (dez) dias úteis após o encerramento de cada quadrimestre do ano civil, apresentar relatório sobre a execução da parceria, apresentando comparativo específico das metas propostas com os resultados quantitativos e qualitativos alcançados;
- y) obrigatoriamente, para os ajustes selecionados, em até 10 (dez) dias úteis após o encerramento de cada quadrimestre do ano civil, demonstrativo das receitas e despesas



Praça Dr. Mário Ribeiro da Silva, Nº. 14 – Caixa Postal 50 Fone: (14) 3265-9530 – Fax: (14) 3265-9531

CEP: 17490-000 – CNPJ 46.137.451/0001-76 – Piratininga – São Paulo site: www.piratininga.sp.gov.br - e-mail: contato@piratininga.sp.gov.br

computadas por fontes de recurso e por categorias ou finalidades dos gastos no período, aplicadas no objeto da parceria, conforme modelo contido no Anexo RP-14 da Instrução 02/2016 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

#### 3.2.1. Deverá ainda a ENTIDADE observar o contido abaixo:

- a) NÃO realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- b) NÃO pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
- c) NÃO utilizar, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho;

#### CLÁUSULA QUARTA- REGIME JURÍDICO DO PESSOAL

- 4.1 A contratação de empregados para a execução do objeto, quando pagos integralmente com recursos desta parceria deverá obedecer ao princípio da legalidade, impessoalidade e da publicidade, mediante a realização de processo seletivo simplificado de provas e ou provas e títulos se a natureza do cargo exigir.
- 4.2 Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico/trabalhista, de quaisquer espécies, entre o MUNICÍPIO e o pessoal que a ENTIDADE utilizar para a realização dos trabalhos ou atividades constantes deste Instrumento.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO REPASSE E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

- 5.2 As partes reconhecem que caso haja necessidade de contingenciamento orçamentário e a ocorrência de cancelamento de restos a pagar, exigível ao cumprimento de metas segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, o quantitativo deste objeto poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

- 6.1 Os valores a repassar, segundo o cronograma de desembolso, deverão ser depositados na conta específica da ENTIDADE, vinculada ao objeto, na Agência nº XXXX, no Banco XXX, na Conta Corrente nº XXX, e aplicados no mercado financeiro ou em caderneta de poupança, até sua utilização.
- 6.2 Os recursos depositados na conta bancária específica deste instrumento, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados:
- a) em caderneta de poupança de instituição financeira pública federal, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês;
- b) em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública, quando sua aplicação estiver prevista para prazos menores.
- 6.3 Os pagamentos deverão ser efetuados somente por transferência direta ao fornecedor (DOC, TED, Débito), pessoa física ou jurídica, inclusive dos empregados, vedado usar cheques para saque ou quaisquer pagamentos; ou em espécie até no máximo R\$ 800,00 (oitocentos reais) por pessoa física durante a vigência do Instrumento.
- 6.4 Os rendimentos financeiros dos valores aplicados conforme mencionado no item 6.2 poderão ser utilizados pela ENTIDADE desde que não haja desvio de finalidade do objeto e dentro das condições previstas neste instrumento.



Praça Dr. Mário Ribeiro da Silva, Nº. 14 – Caixa Postal 50 Fone: (14) 3265-9530 – Fax: (14) 3265-9531

CEP: 17490-000 – CNPJ 46.137.451/0001-76 – Piratininga – São Paulo site: www.piratininga.sp.gov.br - e-mail: contato@piratininga.sp.gov.br

6.5 A ENTIDADE deverá restituir o saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, caso não efetue a boa execução dos recursos.

6.6 A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a ENTIDADE a participar de novos parceiros, acordos ou ajustes com a Administração Municipal.

#### CLÁUSULA SETIMA - DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

A ENTIDADE compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

- a) inexecução do objeto;
- b) falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido;
- c) utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência.

Parágrafo Único: compromete-se, ainda a ENTIDADE, a recolher à conta da MUNICÍPIO o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha feito aplicação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

- 8.1 Prestar contas de forma parcial até o 10° (décimo) dia útil após o encerramento de cada quadrimestre civil que ocorreu a última transferência, nos moldes do ANEXO RP 14 da Instrução 02/2016 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, sob pena de suspensão dos recursos financeiros, e de forma integral das receitas e despesas até 31 de janeiro do exercício seguinte, nos mesmos moldes, e segundo a Lei nº 13.019/2014, e de acordo com os critérios e indicações exigidos pelo MUNICÍPIO, com elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, destacados nos relatórios de execução do objeto e de execução financeira, bem como entregar balanço patrimonial, balancete analítico anual, demonstração de resultado do exercício e demonstração das origens e aplicação dos recursos da Entidade parceira, segundo as normas contábeis vigentes.
- 8.2A prestação de contas será devida a partir da liberação dos recursos financeiros.
- 8.3As despesas serão comprovadas mediante documentos fiscais originais, devendo as faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios serem emitidos em nome da ENTIDADE, devidamente identificados com o número da parceria.
- 8.4A prestação de contas parcial, deverá vir acompanhada dos seguintes documentos:
  - a) Demonstrativo da Execução da Receita e Despesas, evidenciando os recursos recebidos em transferência, os rendimentos auferidos da aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando for o caso e os saldos;
  - b) Relação dos pagamentos efetuados;
  - c) Extrato da conta bancária específica, cobrindo desde o período de recebimento da primeira parcela até a data do último pagamento;
  - d) Lista de atendidos e relatório mensal de atividades.(descrição sumária das atividades e



Praça Dr. Mário Ribeiro da Silva, Nº. 14 – Caixa Postal 50 Fone: (14) 3265-9530 – Fax: (14) 3265-9531

CEP: 17490-000 – CNPJ 46.137.451/0001-76 – Piratininga – São Paulo site: www.piratininga.sp.gov.br - e-mail: contato@piratininga.sp.gov.br

metas estabelecidas;- análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;- valores efetivamente transferidos pela administração pública e valores comprovadamente utilizados; - quando for o caso, os valores pagos nos termos os custos indiretos, os remanejamentos efetuados, as sobras de recursos financeiros, incluindo as aplicações financeiras, e eventuais valores devolvidos aos cofres públicos.

e) ANEXO RP 14 da Instrução 02/2016 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

8.5 Durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia subseqüente ao da prestação de contas integral, a ENTIDADE se compromete em manter em arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

#### CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

Este Instrumento tem sua vigência até **31 de dezembro de 2018**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 57, inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93, desde que de comum acordo entre as partes.

#### CLÁUSULA DECIMA – DAS PROIBIÇÕES

Fica ainda proibido à ENTIDADE:

- a) a redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;
- b) deixar de aplicar nas atividades-fim, ao menos 80% de sua receita total;
- c) integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governorelativo ao MUNICÍPIO;
- d) realizar despesas e pagamentos fora da vigência deste Termo de Colaboração;
- e) utilizar recursos para finalidade diferente da prevista e despesas a título de taxa de administração;
- f) utilizar recursos em pagamento de despesas diversas, não compatíveis com o objeto deste Termo de Colaboração;
- g) executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços;
- h) transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias;
- i) retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento;
- i) deixar de aplicar ou não comprovar a contrapartida pactuada no Plano de Trabalho;

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA RECISÃO E DA DENÚNCIA

- 11.1 O presente Termo de Colaboração poderá ser denunciado ou rescindido pelos partícipes a qualquer momento, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência.
- 11.2 Constitui motivo para rescisão do presente Termo de Colaboração o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pelo MUNICÍPIO a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado.

# CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Este Termo de Colaboração poderá ser alterado ou ter modificação no Plano de Trabalho, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada por meio de TERMO DE ADITAMENTO.

Parágrafo Único: Admitir-se-á modificação do Plano de Trabalho com prévia apreciação do



Praça Dr. Mário Ribeiro da Silva, Nº. 14 – Caixa Postal 50 Fone: (14) 3265-9530 – Fax: (14) 3265-9531

CEP: 17490-000 – CNPJ 46.137.451/0001-76 – Piratininga – São Paulo site: www.piratininga.sp.gov.br - e-mail: contato@piratininga.sp.gov.br

MUNICÍPIO e aprovação do Gestor deste Instrumento ou Sistema de Controle, ficando vedada a alteração do objeto em qualquer hipótese.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Termo de Colaboração será publicado na imprensa oficial, de acordo com o disposto no art. 38 da Lei nº 13.019 de 31/07/2014 e art. 61, parágrafo único da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Piratininga para esclarecer as dúvidas de interpretações deste Instrumento que não possam ser resolvidas administrativamente, nos termos do art. 109 da Constituição Federal.

# CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 Aplicam-se os dispositivos, no que couber, da Lei Federal nº 13.019/2014, e Instrução 02/2016 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que não foram mencionados neste instrumento.

15.2 E, por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também subscrevem.

Piratininga, xx de xxx de 2.01x.

Carlos Alessandro Franco Borro de Matos Prefeito Municipal	Representante legal Cargo/função Entidade

**TERMO DE REFERENCIA** 

#### **CONDIÇÕES E FORMAS DE ACESSO:**

# **CONDIÇÕES:**

Famílias territorialmente referenciadas aos CRAS, em especial: famílias em processo de reconstrução de autonomia; famílias em processo de reconstrução de vínculos; famílias com crianças, adolescentes, jovens e idosos inseridos em serviços socioassistenciais,



Praça Dr. Mário Ribeiro da Silva, Nº. 14 – Caixa Postal 50 Fone: (14) 3265-9530 – Fax: (14) 3265-9531

CEP: 17490-000 – CNPJ 46.137.451/0001-76 – Piratininga – São Paulo site: www.piratininga.sp.gov.br - e-mail: contato@piratininga.sp.gov.br

territorialmente referenciadas ao CRAS; famílias com beneficiários do Benefício de Prestação Continuada; famílias inseridasem programas de transferência de renda.

#### **FORMAS DE ACESSO:**

- Por procura espontânea;
- · Por busca ativa;
- Por encaminhamento da rede socioassistencial;
- Por encaminhamento das demais políticas públicas.
- UNIDADE: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

#### **SEGURANÇA DE ACOLHIDA:**

- Ter acolhida suas demandas, interesses, necessidades e possibilidades;
- Receber orientações e encaminhamentos, com o objetivo de aumentar o acesso a benefíciossocioassistenciais e programas de transferência de renda, bem como aos demais direitos sociais, civis e políticos;
- Ter acesso a ambiência acolhedora;
- Ter assegurada sua privacidade.

#### SEGURANÇA DE CONVÍVIO FAMILIAR E COMUNITÁRIO:

- Vivenciar experiências que contribuam para o estabelecimento e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários:
- Vivenciar experiências de ampliação da capacidade protetiva e de superação de fragilidades sociais;
- Ter acesso a serviços de qualidade, conforme demandas e necessidades.

#### SEGURANÇA DE DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA:

• Vivenciar experiências pautadas pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentadas em princípios ético-políticos de defesa da cidadania e justiça social;



Praça Dr. Mário Ribeiro da Silva, Nº. 14 – Caixa Postal 50 Fone: (14) 3265-9530 – Fax: (14) 3265-9531

CEP: 17490-000 – CNPJ 46.137.451/0001-76 – Piratininga – São Paulo site: www.piratininga.sp.gov.br - e-mail: contato@piratininga.sp.gov.br

- Vivenciar experiências potencializadoras da participação cidadã, tais como espaços de livre expressão de opiniões, de reivindicação e avaliação das ações ofertadas, bem como de espaços de estímulo para a participação em fóruns, conselhos, movimentos sociais, organizações comunitárias e outros espaços de organização social;
- Vivenciar experiências que contribuam para a construção de projetos individuais e coletivos, desenvolvimento da autoestima, autonomia e sustentabilidade;
- Vivenciar experiências que possibilitem o desenvolvimento de potencialidades e ampliação do universo informacional e cultural;
- Ter reduzido o descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF);
- Ter acesso a documentação civil;
- Ter acesso a experiências de fortalecimento e extensão da cidadania;
- Ter acesso a informações e encaminhamentos a políticas de emprego e renda e a programas de associativismo e cooperativismo.